

Deslizamentos de sentidos no processo de construção e ocupação da primeira cidade planejada do Brasil no século XX: Goiânia-GO

Márcia Pelá¹

Resumo

Goiânia foi a primeira cidade planejada do Brasil no século XX. A sua edificação era uma estratégia de poder que buscava, no âmbito regional, articular as regiões produtivas do Estado de Goiás e, no âmbito nacional, adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista, ou seja, era a investida do processo de expansão do modo de produção capitalista via modernização do território. Para que esse projeto se viabilizasse, inúmeros foram os recursos utilizados, desde acordos políticos, econômicos a campanhas publicitárias que tinham como objetivo difundir a necessidade de modernização. Para isso, nada melhor que um plano urbanístico inovador que retratasse, por meio das curvas e traços, o avanço, o crescimento e a inserção do sertão nos tempos modernos. O novo era o caminho. Essa tentativa de sobreposição de uma cultura sobre a outra gerou contradições, pois não se levou em conta que estas são inerentes ao sistema capitalista e, por isso, por mais que um plano de cidade seja minuciosamente elaborado e acordado política e economicamente, a sua ocupação terá a influência dos diversos grupos sociais que irão integrá-la, fato que acarretará deslizamentos de sentidos na forma e no conteúdo destas cidades. **Palavras-chaves:** Goiânia-GO, cidade planejada, deslizamentos de sentidos.

Noções preliminares

Goiânia, a capital do estado de Goiás, foi criada em 1933, situa-se na região Centro Oeste do Brasil e é a primeira cidade planejada do país no século XX. A sua construção foi embasada no projeto desenvolvimentista e integracionista do Brasil e representou a materialização do contra-ataque do processo de expansão do modo de produção capitalista via modernização do território. Sendo assim, a cidade já nasce com interesses e funções políticas e econômicas bastante definidas.

Entretanto, como as contradições e complexidades são características do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, o território goianiense, ao ser ocupado por diversos e diferentes grupos sociais, torna-se um território em disputa, fato que influenciou na produção e (re)produção do ideal de cidade propagada e pretendida.

¹ Doutoranda do IESA/UFG, Professora do Curso de Graduação da UNIFAN, Presidente da ONG Cultura, cidade e arte, Tesoureira da SBPC-Goiás. marcia.pela@gmail.com

A cidade idealizada para ser modelo de progresso e prosperidade teve que acolher arquiteturas “provincianas” e práticas socioculturais que não condiziam com a modernidade almejada, ou seja, foi tecida na incongruência da norma e da vida. Esses fatores, além de contribuir para que a ocupação do território goianiense fosse marcada por disputas de poder entre os diversos grupos sociais que misturaram suas territorialidades na estrutura da cidade, imprimiram na paisagem goianiense, por meio de edificações, formas e modos de vida diferentes do modelo de modernidade anunciada.

Todavia, esta disputa foi desigual e contraditória, conforme as legendas a seguir indicam:

- a. A disputa pela hegemonia dos poderes intelectual, econômico, cultural e político entre a antiga oligarquia goiana e a elite idealizadora da nova capital se estabeleceu;
- b. As benesses “públicas e coletivas” produzidas pelo trabalho social dos operários foram desfrutadas, primordialmente, pelos grupos que se fixaram na parte “legalizada” da cidade;
- c. Os trabalhadores construtores, não desejados para habitar o espaço planejado, foram preteridos da cidade “oficial” sendo relegados à ilegalidade em assentamentos precários e desprovidos de infraestrutura urbana (saneamento, água encanada e tratada, luz, acessibilidade viária etc.) e, por conseguinte, não desfrutaram da produção das obras e serviços resultantes dos seus trabalhos;
- d. A inconstância das ações da elite dirigente para com os trabalhadores construtores era uma forte contradição, uma vez que, por mais que não os quisesse residindo na cidade, a força de trabalho desses sujeitos era imprescindível para a edificação da nova capital;
- e. A incoerência entre os ideais de modernidade que embasaram o projeto de construção de Goiânia e a essência tradicionalista das práticas socioculturais dos grupos que a ocuparam foi uma importante característica da tessitura socioespacial da nova capital goiana.

Esses elementos refletiram na feição e no conteúdo da cidade fazendo com que o plano original da primeira capital planejada do Brasil no século XX sofresse, logo no início de sua implantação, deslizamentos de sentidos. Mas como identificar estas alterações na feição e no conteúdo do espaço goianiense? Qual a

conexão entre os deslizamentos de sentidos e o cotidiano de vida dos sujeitos sociais?

Uma das formas de responder a estas indagações é compreender o cotidiano de vida desses sujeitos sociais, pois é nele que as relações espaço/tempo se materializam (CARLOS, 1996). É sobre este assunto que se tratará no próximo subitem.

Marcos espaciais: obras que desvelam a imaterialidade das vidas cotidianas

O cotidiano é o lócus onde são expressas não somente as experiências individuais de vida, mas os contextos das relações que envolvem tanto os sujeitos como as coletividades e as instituições, em espaços e tempos determinados. O geógrafo Milton Santos (2004, p. 322) amplia essa visão, dizendo que *“o cotidiano representa os aspectos de um lugar, que é compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, em uma relação dialética de cooperação e conflito, sendo essas as bases da vida comum”*.

No caso do processo de construção de Goiânia, os cotidianos de vida dos diferentes e diversos grupos sociais que ocuparam o Centro e a Vila Nova² se revelam – por meio da leitura das representações espaciais – territórios simbólicos de disputas, de (re)existência, de resistência, de afetividades, de exercício de poder e de (re)territorialização, aqui entendidos não como um mero acaso ou uma coisa dada, mas frutos das práticas socioculturais e das relações político-econômicas que os sujeitos estabelecem entre si e entre eles e o mundo, ou seja, a partir da suas próprias experiências.

Tais experiências, segundo Thompson (1998), proporcionam aos sujeitos desenvolverem e incorporar valores que não podem ser compreendidos apenas como uma imposição, mas como criação, subjetivação, resignificação. Nos costumes e no cotidiano encontram-se férteis exemplos de resistência e luta, e não somente nos fóruns institucionais.

2 Os setores Central e Leste Vila Nova representam, respectivamente, o espaço oficial planejado e o espaço marginal não planejado no processo de construção e ocupação inicial da Cidade de Goiânia. Por meio da leitura das representações espaciais e sociais de ambos buscou-se detectar os deslizamentos de sentidos no processo de construção e ocupação da cidade.

Estes argumentos nos possibilitam afirmar que os marcos espaciais estão intrinsecamente conectados ao cotidiano, uma vez que, ao ser edificados, além de imprimirem na paisagem dos espaços urbanos a imaterialidade vivida e vivenciada pelos diferentes grupos sociais nos seus cotidianos, eles permitem, ainda, que essa imaterialidade seja reconhecida como parte integrante da cidade. Através de suas formas e conteúdos é possível identificar características que compõem o espaço urbano, como concentração, diferenças socioculturais, segregação espacial, entre outras.

Deste modo, a forma e o modo com que os objetos se materializam no espaço urbano estão diretamente ligados ao contexto histórico, sociocultural e econômico dos sujeitos sociais que os construíram, ou seja, os objetos sempre carregam valores simbólicos materiais e imateriais; por isso, conforme nos lembra Santos (2004), tudo o que o ser humano faz tem sentido e produz informação.

As construções das casas em estilo neocolonial e dos ranchos de palhas, que contradiziam com o estilo arquitetônico adotado pela elite construtora – o *Art Decó* –, demonstram as desigualdades socioeconômicas e as diferentes práticas socioculturais que existiram no processo de construção e ocupação socioespacial de Goiânia. De um lado nota-se a influência europeia, a resistência à mudança de valores e costumes, a tradição marcando território nas novas terras goianas, a cidade como lócus do poder econômico e político; do outro, a influência do processo de colonização portuguesa, traços da cultura indígena e sertaneja, a perseverança como possibilidade de vida, a resistência como poder para poder ser e conquistar um lugar ao sol. Enfim, a história e a espacialidade se revelam por essas moradas.

É importante ressaltar que tanto os operários como os migrantes oriundos da cidade de Goiás, antiga capital do estado, estavam disputando espaço e poder e que as condições socioeconômicas contraditórias e desiguais – visto que enquanto uns construíam verdadeiros “casarões” na área nobre e regularizada da cidade outros construíam ranchos de palhas em uma área que sequer fazia parte do perímetro urbano da cidade (na época) – revelam que a produção espacial se materializa no plano do cotidiano (CARLOS, 2006).

‘Dona E.’ – migrante da antiga capital do estado de Goiás, desde 1938 moradora inicialmente do Bairro Popular e, a partir de 1966, da Vila Nova – ao relatar um estudo que fez sobre o referido bairro, reafirma a premissa de que as práticas socioculturais são indissolúvelmente ligadas às necessidades econômicas e, por conseguinte, incidem na feição e no conteúdo do território goianiense, conforme se percebe nesta declaração:

“Então, nesse estudo que a gente fez eles contaram que quando os baianos vieram de Correntina; então eles foram acampando aqui na beira do córrego Botafogo porque sempre quando começa um bairro é aonde tem água. Tanto que tem tantas ruas com lotes enormes e outras como esse nosso aqui, que são pequenos. [...] Aqui os moradores foram cada um dividindo o seu lote de acordo com a, como se diz, conforme o costume que eles tinha lá na sua terra, em Correntina e em outros locais [...] E também a facilidade que eles acharam que iam ter pra fazer uma pequena horta, essas coisas. Então cada um foi se apropriando de um pedaço de terreno”. (‘Dona E.’,2008).

Esta forma de apropriação e ocupação espontânea – por isso não planejada oficialmente – do Setor Leste Vila Nova nos permite fazer uma comparação de Goiânia com as cidades que surgiram no estado de Goiás durante o período colonial, como Goiás, Pirenópolis e Pilar de Goiás, onde as diferenças socioculturais e desigualdades econômicas entre o espaço do poder oficial e o espaço marginal eram demarcadas por um rio, sobre o qual passava uma ponte que ora unia a cidade, ora a dividia.

Desse modo, certifica-se que não há planejamento linear que resista ao movimento cotidiano da vida, uma vez que a cidade, ao se tornar lócus das atividades econômicas, políticas, sociais e culturais, passa a ser uma aspiração de todos, o que gera contradições e disputa de território. Em Goiânia não foi diferente. Tanto os trabalhadores construtores, preteridos do espaço planejado, como a antiga elite goiana, preteridos do poder hegemônico oficial, fixaram-se na cidade alterando a feição e o conteúdo do plano inicial estabelecido pela elite idealizadora.

A ilustração 1 retrata estas transformações por meio da representação dos marcos espaciais, erguidos entre as décadas 1930 e 1950, dos setores Central e Leste Vila Nova:

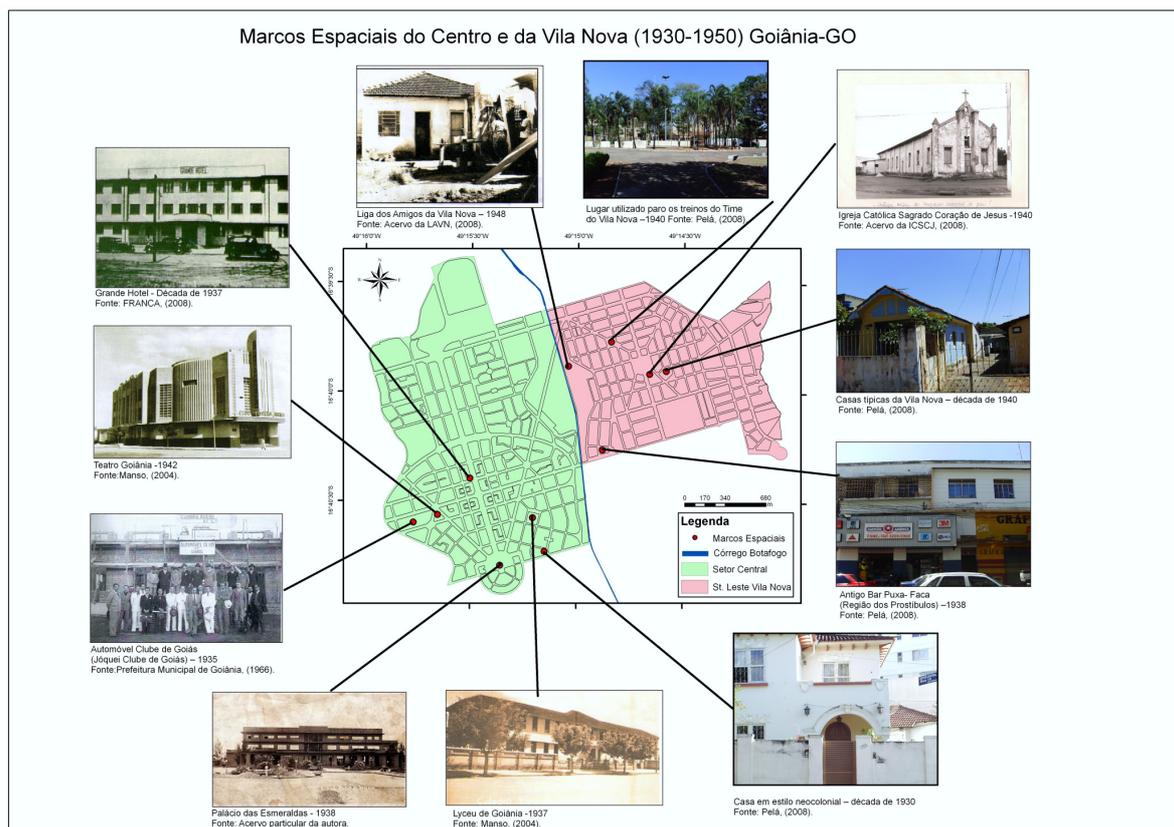


Ilustração 1: Marcos Espaciais do Centro e da Vila Nova (1930-1950), Goiânia/GO
Fonte: Concepção: Márcia Pelá – Elaboração: Elaine Barbosa, 2008.

Ao interpretar a ilustração 1 nota-se uma cidade tecida na norma e na vida. As discrepâncias entre os marcos espaciais do espaço planejado e do espaço não planejado comprovam isso. De um lado o Setor Central – com a sua arquitetura modernizante e traçados inspirados nas cidades Versailles, Karlsruhe e Washington – que abriga a sede do Governo Estadual, as casas em estilos *art déco* e neocolonial, renomadas escolas públicas e particulares, cine teatro, sorveterias e clubes, todos eles marcos espaciais que simbolizam o poder oficial instituído, a monumentalidade pretendida na construção de Goiânia e fazem parte da memória coletiva da cidade.

Do outro o Setor Leste Vila Nova, de ruas pequenas e traçados simples que acolhem as moradas singelas, o “puxa-faca”, a Igreja Católica Coração de Jesus, a liga dos Amigos da Vila Nova, o campinho de futebol em que treinava o time do Vila Nova, também marcos espaciais que sem qualquer monumentalidade revelam que Goiânia também foi ocupada e construída à margem do poder oficial.

No cotidiano de vida descrito pelos moradores daquela época que residiam na Vila Nova e no Centro pode-se perceber essas contradições, conforme demonstram os relatos de duas migrantes.

O primeiro é de ‘Dona. V.’, filha de migrantes nordestinos, nascida em Goiânia em 1939 e moradora da Vila Nova entre as décadas 1940 e 1960:

“O rio Botafogo tinha um tal de puxa-faca, era perigosíssimo. Casa de tolerância, né. Ali perto do posto Montenegro, ali que era o prostíbulo, o puxa-faca. Ali, a gente passava para ir pro colégio. Olha, pensa bem: eu morava na Vila Nova e tinha que estudar sabe aonde? No Grupo Modelo³, onde é o Jóquei Clube. Era uma ponte aérea, mas depois foi evoluindo, evoluindo... Foi aparecendo candidatos e políticos que começaram a interessar; foi aonde em 1948 fundaram a liga da Vila Nova; então, foi aonde meu pai⁴ foi o primeiro presidente da Liga dos Amigos da Vila Nova”. (‘Dona V.’, 2008).

O segundo é de ‘Dona. A.’, nascida em Leopoldo de Bulhões e filha de migrantes árabes, residente no Centro de Goiânia desde 1942:

“Eu vim em 1942 com quatro anos de idade e hoje estou com 70 anos. Vi a cidade crescer. Viemos do interior, de Leopoldo Bulhões.[...] A Anhanguera era a principal avenida da cidade, tinha comércio onde meu pai tinha um armazém e a vida era muito boa, muito calma...a gente andava de bicicleta para todo lado, tinha muita amizade...e o cinema, ia muito para o cinema. Me lembro que a cidade era muito pequena e hoje cresceu bastante.[...] Tinha asfalto só aqui no centro. Eu morava em uma casa, na Avenida Anhanguera, em frente ao Palácio de madeira provisório, nas imediações do córrego Botafogo, e da ponte para lá não tinha asfalto, só foi asfaltado vários anos depois”. (‘Dona A.’, 2008).

As vozes das pioneiras, ao relatar os seus cotidianos, demonstram memórias de vidas bastantes distintas umas das outras, mas que têm em comum o mesmo período histórico e a mesma cidade. Portanto, afinam-se com o conceito

3 O Grupo Modelo ficava no Setor Central, a aproximadamente quatro quilômetros de sua residência.

4 O pai de Dona V. é o lendário Boa Ventura Moreira de Andrade, migrante baiano e pedreiro que se elegeu vereador por cinco legislaturas em Goiânia.

cunhado por Halbwachs (2006) de que as memórias individuais e coletivas são construídas a partir das relações sociais, simbólicas ou políticas entre os sujeitos e deles com o mundo em que vivem e, por isso, não há memória desvinculada do tempo e do espaço.

No dia a dia de vida de ‘Dona V.’ faziam parte a proximidade com a prostituição e com a luta por melhores condições de vida a partir da Liga dos Amigos da Vila Nova e a longa e diária caminhada para poder estudar, enfim, uma realidade ainda longe das prosperidades e da modernidade anunciadas na construção da cidade.

Já o cotidiano de vida de Dona A. estava mais próximo da modernidade pretendida em Goiânia: morava em uma casa em estilo *art decó* situada em uma das principais avenidas da cidade e desfrutava do cinema, das “boas” amizades e das ruas asfaltadas, onde a bicicleta deslizava tranquilamente.

Entretanto, apesar das diferenças socioculturais e econômicas, ambas fizeram de Goiânia a sua morada construindo suas histórias de vida conjuntamente com a história da cidade. ‘Dona V.’ e ‘Dona A.’, como tantos outros, são filhas de migrantes que se (re)territorializaram em Goiânia e que no cotidiano de suas vidas estabeleceram relações socioculturais que se entrecruzaram e refletiram no território goianiense em forma de paisagens, como casas, ruas, associações, comércios e tantos outros objetos que alteraram a materialidade e imaterialidade desejadas no plano original.

Tal conjectura condiz com a cena evidenciada pelos marcos espaciais e, portanto, mostra-nos que a cidade planejada e idealizada sob a égide da modernidade e com o desígnio de cidade-sujeito submergiu no turbilhão das diferentes práticas socioculturais, necessidades, interesses e desejos dos diversos grupos que a ocuparam, fato que resultou em deslizamentos de sentidos⁵, na feição e no conteúdo do espaço urbano goianiense.

5 O termo deslocamento de sentidos foi cunhado por Barthes (2001) no seu livro “A aventura semiológica” para explicar os diferentes usos da relação simbólica entre o objeto e um significado. O uso publicitário do objeto é um exemplo concreto deste recurso, pois “quando se representa uma cerveja não é essencialmente a cerveja que constitui a mensagem, é o fato de ela estar gelada: há neste caso deslocamento. É o que poderia chamar de deslocamento não mais metafórico, mas por metonímia, isto é, por deslizamentos de sentido”.

Entender esse processo é conseguir enxergar que as cidades planejadas, transformadas e (re)adaptadas conforme as necessidades e interesses de cada período são mais do que um plano original ou amontoados de tijolos, concretos, *marketing*, fluxos de carros e pedestres. Elas representam e carregam as práticas socioculturais, a história da vida, os modos de produção e a espacialidade de diferentes e diversas épocas que estão cravadas e esculpidas na paisagem.

Deslizamento de sentidos no plano original de Goiânia

A maioria dos trabalhos que investigaram a estrutura socioespacial de Goiânia demonstra que a força da prática social – e o vínculo de Goiânia com a economia e com a cultura do estado de Goiás – foi maior que a capacidade política de seus gestores de manter os signos urbanísticos do plano original.

Chaveiro (2001) sintetiza esse processo afirmando que a história da estruturação espacial de Goiânia é coincidente com a história da desconstrução do plano. Embora – diz o autor – o plano tenha sido desconstruído, ele não foi extinto, pois há em vários espaços da cidade vestígios, marcas ou ações em que os signos originais se encontram presentes.

Ora, essa dialética – a afirmação dos signos urbanísticos do plano e a sua negação pela prática sociocultural – é costurada por um deslizamento de sentido. Cabe, pois, indagar: quais foram os vetores sociais, econômicos e culturais que empreenderam o deslizamento?

Descobrir esses vetores é crucial para que se compreenda a especificidade de Goiânia. A seguir, destacam-se algumas balizas teóricas que municiarão a explicação dos processos deslizantes.

O primeiro diz respeito à realidade do estado de Goiás no período em que Goiânia foi planejada e construída. Observa-se que, além de a construção da cidade cumprir um interesse externo, isto é, de servir às intenções estratégicas do Estado Novo getulista em desenvolver o país em direção ao sertão, a gerência política local era comandada pela oligarquia agrária vinculada diretamente ao *ethos* do coronelismo goiano.

Em um testemunho de um antigo morador da cidade, ‘Seu G.’⁶, a asserção é confirmada. Ao contar a retaliação política praticada por Pedro Ludovico⁷ a três jornalistas do Jornal do Povo, que faziam oposição ao governo, vê-se o veredicto do timbre coronelista das estratégias do poder oficial:

“Tinha um senhor que estava fazendo a barba e cortando o cabelo, e nessa altura que ele estava fazendo a barba e cortando o cabelo a luz acabou e ele foi colocando a máquina, não vai dar pra terminar não. E aí comunicaram o Pedro Arantes [Diretor do Departamento de Energia Elétrica], que foi lá na energia e deu bronca lá e fez a energia voltar, funcionar de novo. Aí o jornalista descobriu que naquele tempo era Haroldo Gurgel que era o Diretor do Jornal do Povo [...] Aí eles escreveram um trechinho: ‘O homem voltou e deu a luz’.[...]. Ele queimou com aquilo. Pedro Arantes, da família dos Arantes lá de Rio Verde, que eram muito ligado ao Pedro Ludovico. Pedro Ludovico tinha na época 80 homens, que eles chamavam na época de jagunços [...] era só gritar e eles tava de cima, pra matar. Aí o Pedro Arantes foi persegui-lo por causa dessa palavra: ‘ ele voltou e deu a luz’. [...] Por causa disso ele perseguiu os quatro. O Zé Carneiro já havia saído do bar, ficou o Antônio, o João e o Haroldo Gurgel. Aí então, ‘cerca aqui, cerca ali, cerca acolá’, foi em um bar onde era o BEG⁸ e hoje é o antigo Itaú, ali funcionava um bar muito grande. O dono do bar tentou esconder o João, o Antônio e o Haroldo e os jagunços procurando eles pra matar. Foi nessa hora, quando eles saíram pra ‘rodear’ e ir pra sala do jornal pegaram eles e atiraram. Atirou no Haroldo, atirou no João e atirou no Antônio. Matou o Haroldo Gurgel, o João e o Antônio ficou gravemente ferido. Escaparam...mas o Haroldo foi morto”.(‘Seu G.’, 2004).

Além do modo político baseado na modalidade do coronelismo, unindo cordialidade, mandonismo, patrimonialismo, carisma e força, a economia goiana era praticamente toda agrária e ligada à tradição sertaneja. Por isso, os bens industriais e de serviços eram trazidos de São Paulo, o que não permitia a horizontalização de uma cultura urbana na cidade no início de sua história, conforme percebe-se no relato de ‘Seu A.’:

“Não tinha supermercado, porque era novo. Você comprava no armazém. Pra você ver uma coisa, sempre comprava em São Paulo, vinha de reembolso. Uma vez eu trouxe de Belo Horizonte um quilo de prato, prato de lata. Então, a vida não era fácil em Goiânia, em Goiás, né. A cidade mais importante de Goiás no ramo comercial, atacadista, cerealista era

6 Entrevista concedida à Eleuzenira Maria Menezes e Janete Romano Fontanezi em 24 de março de 2004 e gentilmente cedida à autora.

7 Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado Interventor Federal de Goiás de 1930 a 1945 e foi responsável pela construção da nova capital do estado.

8 A sigla BEG refere-se ao extinto Banco do Estado de Goiás.

Anápolis. Muitas vezes eu ia a Anápolis com meu cunhado. Chegava lá, comprava arroz, feijão. Fazia negócio lá em Anápolis". ('Seu A.', 2008).

O vínculo da cidade era, então, com a economia rural e com os signos da fazenda goiana. Ainda que houvesse migrantes de outras unidades da federação e de origem europeia e asiática, os costumes, os hábitos, o modo de vida e os símbolos que amparavam o processo de apropriação do espaço alimentavam uma prática sociocultural emanada do mundo rural goiano.

Assim confirma 'Dona E.' ao narrar a vida nos primórdios da cidade:

"Sempre o início de um bairro, de uma vila qualquer de uma cidade, tem a igreja, né? Constrói a igreja, a praça a igreja e mercado que é o local de encontro, né? E aqui na Vila Nova, não foi diferente, então... Primeiro aqui na beira do córrego Botafogo algumas residências, depois que fizeram a igrejinha, igreja católica e o mercado e as pessoas moravam. Aqui foi construída na beira do rio uma lavanderia pública que as mulheres iam lavar roupa, no córrego Botafogo. Aqui do lado de cá do Mutirama tinha os tanque e as pessoas lavavam a roupa lá, punham pra secar ou traziam pra secar em seus quintais, né? E havia o mercado, os açougue, o pessoal... Foi cada um construindo o seu pequeno comércio aí, né? Depois foi evoluindo: aqui na rodoviária vinha um ônibus que chamava expresso Badeco. A rodoviária deles era aqui na casa do seu Raimundo Sales. Ele era baiano de Correntina também". ('Dona E.', 2008).

No relato de 'Dona E.' percebe-se que os espaços de lazer, escolar, de convivência, político e de abastecimento do setor se concentravam nas imediações da sede da Igreja Católica Sagrado Coração de Jesus, inaugurada em 1940. Foi no cotidiano de vida destes migrantes, amparados pelo poder religioso, que surgiram as organizações políticas (a liga dos Amigos da Vila Nova, em 1948) e socioculturais (o time de futebol Vila Nova Esporte Clube, em 1946) que se expandiram e penetraram na cidade legal.

Tal fato corrobora com o argumento das reminiscências da economia rural e dos signos da fazenda, visto que o processo socioespacial da construção e ocupação do Setor Leste Vila Nova evidencia traços característicos do Brasil colonial e rural, onde as vilas eram erguidas, quase que espontaneamente, para dar suporte à exploração das riquezas que poderiam ser extraídas daquela região

(ouro, pau-brasil, café etc.), enquanto o papel do poder oficial fora ocupado pela Igreja Católica.

No entanto, não são apenas nas questões organizacionais e políticas que se evidenciam os signos rurais e tradicionais; estes traços também podem ser percebidos no modo e na forma que os moradores do Centro e da Vila Nova se divertiam, enamoravam e brincavam.

No *Vai-e-vem*⁹, que era uma das formas de entretenimento dos jovens da época, também notam-se traços de práticas socioculturais interioranas ou da tradição rural, visto que a sua principal finalidade, a de proporcionar encontros entre as moças e os rapazes que residiam na nova capital, é similar aos passeios juvenis praticados nas praças dos coretos ou nas festas juninas, religiosas e familiares.

‘Dona A.’ (2008) reforça este argumento ao dizer que

“o Vai-e-vem era onde as moças e os rapazes se encontravam. Os moços ficavam em pé nas calçadas e as moças ficavam fazendo o *Vai-e-vem*. Ali surgiram muitos namoros, muitos casamentos a partir daí, porque era o nosso costume e o nosso passeio. Acontecia quase todos os dias, de noite”.

Contudo, apesar deste evento fazer parte do cotidiano da vida dos moradores do Centro e da Vila Nova, ele acontecia em espaços urbanos distintos, fato que evidencia que as contradições e desigualdades espaciais, econômicas e, até, políticas também são (re)produzidas ou reforçadas por meio das práticas socioculturais. A afirmação é ilustrada com as narrativas das pioneiras de Goiânia.

‘Dona V.’(2008), antiga moradora da Vila Nova, ao rememorar como se divertia nos tempos de juventude, diz: “*lá na Vila Nova tinha a 4ª Avenida, tem até hoje a 4ª Avenida, lá tinha um Vai-e-vem da Amplificadora Santa Maria, ‘eita’, era lá que namorava. Lá quebrava o pau, menina*”. Estas lembranças são complementadas pelas memórias de vida de ‘Dona C.’(2008), que participou conjuntamente com ‘Dona V’ da entrevista e foi sua vizinha entre as décadas de

9 Este nome está diretamente ligado à forma que estes encontros aconteciam. Segundo a explicação dos entrevistados, o ‘Vai-e-vem’ normalmente ocorria em uma avenida e/ou praça onde os homens ficavam do lado de fora – tipo um cordão - enquanto as mulheres “desfilavam” para cima e para baixo, até encontrar um enamorado. Quando isso ocorria, a mulher deixava de fazer o ‘Vai e Vem’ e saía, conjuntamente com seu par, para fora do cordão.

1940 a 1970: “*punha música e dedicava o namorado às namoradas. [...] E ficava o ‘Vai-e-vem’, moça e rapaz, pra cima e pra baixo, né, naquela avenida*”.

Já no relato de ‘Dona E.’, moradora do Setor Central na década de 1940, observa-se a mesma prática, mas realizada de forma e em cenário completamente diferentes:

“Ah, era lá na Avenida Goiás, a gente chamava de Vai-e-vem. Ali na Avenida Goiás, entre a rua 3 e a Praça do Bandeirante. A gente ia todo domingo à noite, a gente fazia um trajeto lá: ficava as moça andando por dentro e os rapazes parados por fora. Então quando você arrumava um namorado ele ficava andando com você por dentro ou então a gente ficava por fora dos outros rapazes... Tinha a Doceria Bandeirante que era um bar muito chique: vendia sorvete, essas coisas... quando a gente tava com uns trocadinho a gente sentava lá, tomava um sorvete”. (‘Dona E.’, 2008).

As memórias “singelas” dos áureos tempos de juventude dessas três pioneiras goianienses proporcionam inúmeras interpretações; contudo, as diferentes formas de organização e os cenários em que eram realizados os “Vai-e-vem” são as características que mais interessam, uma vez que ‘Dona E.’ revela que no Setor Central o evento acontecia nas principais avenidas da cidade, próximo à sede do poder oficial e de uma maneira tão organizada que chegava a reproduzir as normas estabelecidas pela paisagem. Esta condição não se repetia na Vila Nova.

Conforme os relatos de ‘Dona V.’ e ‘Dona C.’, o *Vai-e-vem* acontecia na 4^a Avenida, de maneira bastante descontraída (música e forró), em uma rua que ainda não era nem asfaltada e ficava nas imediações da Igreja Bom Jesus (o poder oficial daquele setor), reproduzindo, assim, a forma ‘espontânea’ de ocupação da Vila Nova.

Entretanto, esse “cheiro de terra” seria, em pouco tempo, desfrutado pela ordem liberal que se apropria do solo urbano. Por isso, outro fator de deslizamento do plano foi a própria noção capitalista de uso do solo urbano que, em um primeiro momento, mesmo tendo o Estado como o principal negociador do processo de uso e concessão dos lotes, provocou a segregação espacial e, por conseguinte,

assentamentos “ilegais” na região leste da cidade¹⁰ que geraram paisagens destoantes principalmente dos planos arquitetônicos e de ocupação idealizados¹¹ para a nova capital goiana.

Vale observar que este processo não foi tranquilo. Isto porque a materialização destes assentamentos escancarava o conteúdo ideológico e os interesses econômicos e políticos que a elite idealizadora de Goiânia tinha em torno da construção da cidade moderna no sertão, visto que colocava por água abaixo a idéia da cidade-sujeito que, por si só, gera desenvolvimento e civilização para todos. O que se evidenciava eram os conflitos e contradições inerentes ao sistema de produção capitalista se reproduzindo no território goianiense.

À guisa da conclusão

Os vetores acima citados contribuem para a compreensão acerca dos deslizamentos de sentidos que há em qualquer conduta relativa ao que se planeja e ao que se realiza. No caso específico de Goiânia, a norma foi deslizada e conflitada pela vida, uma vez que a ação dos pioneiros da elite da antiga capital, dos migrantes pobres que vieram para construir a cidade, dos camponeses goianos que viram na nova capital uma forma de criar estatutos de vida melhores para a sua família e seus filhos seria uma imponência aberta da vida se fazendo cultura no espaço, diante do imperativo e da força do plano.

Desta feita, a forma e o modo que foram se constituindo os setores Vila Nova e Central nas primeiras décadas da edificação de Goiânia proporcionaram um estudo de caso do que vem a ser a materialização do processo de desenvolvimento desigual e combinado adotado pela ‘elite modernizadora’ que, para garantir seus interesses de hegemonia interna, buscou se sobrepôr às oligarquias familiares consideradas ‘mais atrasadas’ e impulsionou o avanço do modo de produção capitalista via modernização do território por sobre uma estrutura social arcaica baseada em relações de desigualdade e dominação

10 Esta área era, conforme o projeto arquitetônico inicial, um espaço público que seria destinado aos módulos de chácaras de 40.000 m². (SEPLAN, 2008).

11 Para aprofundar este assunto sugere-se a leitura do livro “Goiânia: uma modernidade possível”, de Alexandre Ribeiro Gonçalves (2003).

herdadas do Brasil colonial, acentuando, ainda mais, as contradições e disparidades socioeconômicas.

Contudo, não foram apenas as questões ligadas ao capital que definiram as relações socioespaciais vivenciadas na construção de Goiânia. Outras condutas igualmente costumavam deslizar e conflitos entre norma e vida que puderam ser enxergados no cotidiano dos moradores da Vila Nova – como espaço praticado e vivenciado pelos ‘fora do poder’ – e no uso do espaço do Setor Central.

A vida, com as suas armas secretas e invioláveis – como a bagagem sociocultural trazida pelos migrantes, os signos da fazenda goiana, as necessidades de (re)existência e de poder, o desejo de (re)territorialização, a potência da inventividade, o roubo da juventude, a ginga do futebol de rua, a vontade de festejar e de ritualizar as suas crenças – consagrou no cotidiano de Goiânia a sua marca e a sua presença, tecendo o espaço como vivência coletiva.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. *A Aventura Semiológica*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CARLOS, A.F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CHAVEIRO, E. F. *Goiânia: uma metrópole em travessia*. 2001. 321 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2001.
- ESTEVAM, L. *Tempo da transformação: estrutura e dinâmica econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- FIGUEIREDO, P.A. *Variações em torno de Goiânia*. In: Revista Oeste. Goiânia: Agepel, 2001, 220-221 p. CD.
- FILHO, M.F.L.; MACHADO, L. A. (Org.). *Formas e tempos de cidade*. Goiânia: Cãnone Editoria; Ed. UCG, 2007.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- THOMPSON, P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.